



Nº 38 - SETEMBRO 2022

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: ROVENA ROSA/AG BRASIL



Saúde mental e a luta por um país democrático

**Mario de Carvalho:
participação política
também é terapia**

**Lei de cotas: conquistas
e desafios pelo olhar
de estudantes**

AGENDA DE LUTAS SETEMBRO DE 2022



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Saúde mental e a luta por um país democrático



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

A Revista Reconexão Periferias de setembro aborda dois temas sensíveis e de extrema importância para as periferias do país: a saúde mental e os 10 anos da Lei de Cotas no ensino superior.

O suicídio é a quarta causa de morte no mundo, e, para chamar atenção para essa realidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) marcou o dia 10 de setembro como dia mundial de combate ao suicídio. No Brasil, te-

mos o setembro amarelo, um mês todo dedicado a essa questão. Para nós, do Reconexão Periferias, falar sobre saúde mental é defender a importância de tratar o suicídio para além de um problema de saúde individual, pois trata-se de uma questão que tem profunda relação com as desigualdades econômicas e de acessos aos serviços sociais e de saúde pública. Os adoecimentos mentais muitas vezes são causados por problemas de injustiça social, como

pobreza, desemprego, fome e falta de moradia, e ainda mais agravados pelo racismo, machismo e LGBTQIA+fobia, além do aumento substancial na última década de casos de suicídio entre a população indígena.

Confirmando essa relação da saúde mental com o contexto geral em que se vive, um estudo realizado pela FioCruz sobre a pandemia em 2020 revela que os suicídios no Brasil mudaram de padrão naquele ano, tendo crescido consideravelmente entre idosos das regiões Norte e Nordeste, que viveram caos na saúde pública, a exemplo da falta de oxigênio em Manaus.

O reconhecimento de que questões de saúde mental são decorrentes também de problemas sociais faz com que seja necessário um enfren-

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ EDIÇÃO LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

tamento além de uma abordagem particularizada, a partir de políticas públicas coletivas, econômicas e sociais. Tais saídas deveriam ser alvo de atenção de um governo federal, mas o atual governo Bolsonaro, na realidade, atua na direção contrária, com ações de completo descaso e omissão na garantia de vida do povo brasileiro.

A OMS diz que um dos fatores de risco para suicídio, por exemplo, é o acesso e permanência na educação. Tema no qual o atual governo, em quase 4 anos nada fez para ampliar esse direito. Mais do que isso, colocou-se contra medidas de democratização do acesso às universidades públicas e cortou verbas de investimento em todos os níveis educacionais.

Neste sentido, relacionamos os temas do mês desta edição, ao tratarmos da avaliação de uma década de políticas de cotas nas universidades públicas. A lei foi fruto da luta e elaboração do movimento negro, em

acúmulo de mais de 20 anos em defesa da aprovação de projetos de reparação histórica, como o de Abdias do Nascimento, que, já em 1993, previa a criação de 20% de cotas para mulheres e negros nas universidades.

Antes de ser implementada, durante sua implementação e até hoje a Lei de Cotas enfrenta resistência de um setor da sociedade que se nega a combater o racismo estrutural e histórico de nosso país. E se recusa a compreender como as desigualdades econômicas e sociais determinam as possibilidades de escolha e construção de projeto de vida para as diferentes juventudes do país.

Ainda assim, apesar de uma parcela seguir contrária a sua implementação, a Lei de Cotas mostrou-se como uma política acertadíssima, promovendo uma inclusão educacional como nunca vista na história do país e como um pilar necessário no enfrentamento ao racismo. Há outros pontos de análise

que podem e devem ser melhor aperfeiçoados na Lei. Disso trata o artigo de Emili Senra da Silva, Huri Paz e Victoria Lustosa Braga, que trazem o olhar de jovens estudantes universitários e periféricos a este tema.

A entrevista do mês é com Mário Carvalho, doutor em Saúde Coletiva, responsável pelo projeto Vozes e Cores, de estudo e atendimento terapêutico na Universidade do Rio de Janeiro. Mário conta que a eleição de Bolsonaro trouxe ansiedade e medo em níveis muito elevados. Mas o otimismo com a possibilidade de mudanças trazido pelas eleições de 2022 está transformando o estado de espírito das pessoas.

Horacius de Jesus, estudante de pedagogia, educador social e morador da Favela Morro das Pedras, em Belo Horizonte (MG), reflete sobre saúde mental e periferia. Ele afirma que pensar sobre tal questão é debruçar-se sobre a formação das instituições adoece-

doras que são intrínsecas na formação do Brasil, tais como a escravidão, a dizimação dos povos indígenas, o abandono de populações relegadas às margens da sociedade e a permanência das desigualdades sociais.

Em luta contra as desigualdades e denunciando a falsa ideia de independência construída no país, ocorre, em 7 de setembro, há 28 anos, o “Grito dos Excluídos”. A Central de Movimentos Populares (CMP), que é parte desse movimento desde seu início, é o coletivo apresentado no perfil dessa edição. Raimundo Bonfim, coordenador da CMP, afirma que “Não há independência com o povo passando fome, desempregado, com violência, racismo, machismo, homofobia, matança dos povos indígenas, destruição do meio ambiente, assassinato da nossa juventude preta e periférica”.

Na seção “Quando novas personagens entram em cena”, apresentamos Raquel Auxiliadora, vereadora pelo PT de São Car-

los (SP), que acredita que a atuação parlamentar não pode se dar apenas por ação individual. E afirma a importância da política, mas não apenas de ocupar cargos parlamentares, mas da atuação de cada um: “dentro da nossa casa, com os nossos familiares e a nossa atuação junto aos nossos amigos. Como a gente se coloca no mundo e em prol do que a gente se coloca no mundo”.

Para quem nasceu e vive nas periferias brasileiras, lutar é mais do que uma simples possibilidade de escolha, é uma necessidade para sobrevivência. Dar voz, publicidade e oportunidades de fortalecimento a essa luta, faz parte das ações do Projeto Reconexão Periferias. Com esta edição, esperamos que os temas aqui tratados possam contribuir para ampliar as denúncias de descaso e retrocessos, mas, sobretudo, ampliar as construções de esperança em uma realidade diferente.

Estamos em véspera de eleição do 1º turno, há

muito em jogo. Podemos continuar com Bolsonaro, em uma política autoritária, violenta, genocida, de morte, fome, de tentativa de apagamento e deslegitimação das lutas populares, ou optar por construir junto com Lula o fortalecimento da democracia, o enfrentamento à fome, a geração de empregos com direitos, construir ações concretas antirracistas, por igualdade entre homens e mulheres e pelos direitos LGBTQIA+, dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esta é uma eleição decisiva para as possibilidades de presente e futuro de todo um país. As periferias serão fundamentais para o resultado desta eleição, e nós temos certeza de sua capacidade de fazer boas escolhas para melhorar e mudar suas vidas!

Boa leitura, boas lutas e boa eleições! ■

Lei de Cotas: conquistas e desafios a partir do olhar de estudantes periféricos

EMILI SENRA DA SILVA, HURI PAZ E VICTORIA LUSTOSA BRAGA



FOTO: MARCELLO CASAL / AG. BRASIL

EMILI SENRA DA SILVA É EMESTRANDA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

HURI PAZ É MESTRANDO EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E PESQUISADOR DO AFRO-CEBRAP.

VICTORIA LUSTOSA BRAGA É PESQUISADORA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS, GRADUADA EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MESTRANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

As políticas de ações afirmativas, com atenção especial para a política de cotas, implementadas nas últimas duas décadas com mais expressividade nas Instituições de Ensino Superior (IES), mudaram, de forma expressiva, o ensino superior brasileiro. A Lei 12.711/12, que neste ano completou 10 anos de existência, merece atenção especial, uma vez que um dos seus objetivos é a inclusão de grupos historicamente marginalizados (estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência) nas instituições federais de ensino superior (IFES)¹.

Na prática, a lei federal prevê, primeiramente, que 50% das vagas por instituição, curso e turno devam ser destinadas aos alunos que

estudaram na rede pública durante o ensino médio. Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas dentro do primeiro contingente, voltada para

outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1,5

salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados PPI (pretos, pardos e indígenas) no mínimo igual à soma desses grupos na respectiva unidade da Federação (UF) na qual se encontra o estabelecimento de ensino, segundo o último censo demográfico (SENKEVICS, 2021, p.58)².

Dez anos depois da lei, os resultados no ensino superior do país são visíveis e muito positivos. Segundo dados coletados pelo Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAA)³ a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), diversas pesquisas evidenciam o aumento da diversificação racial e socioeconômica das universidades. Em 2020, 52% dos estudantes das universidades brasileiras são pretos, pardos e indígenas, em contraposição a 31% em 2001. Já a representação das classes C/D/E, que eram apenas 19% dos estudantes universitários em 2001, saltou para 52% em 2020. Os

estudos levantados pelo CAA, também apontam que os alunos que ingressam nas universidades por meio de cotas tendem a evadir menos do que os não cotistas. Além disso, o ingresso desses estudantes não afeta o desempenho dos alunos do ensino superior, ao contrário, o desempenho dos alunos cotistas e não cotistas é equivalente. É importante ressaltar que a implementação das cotas também altera a agenda de pesquisa das universidades brasileiras, que, com o ingresso de alunos advindos de realidades socioeconômicas diversas, é visivelmente ampliada a cada dia a partir dos interesses acadêmicos desse grupo, pois muitos deles se dedicam a estudar as desigualdades estruturais brasileiras e outros temas associados ao campo dos estudos das relações raciais (BARRETO et al., 2021)⁴.

A Lei de Cotas é fruto de reivindicações de movimentos sociais, especialmente dos movimentos negros, que

lutaram por décadas pelo acesso ao ensino superior⁵. É fundamental a continuidade da defesa da Lei de Cotas e a de pesquisas que evidenciem a importância das ações afirmativas. Além disso, é sempre importante reafirmar que, ao contrário do que é argumentado por alguns grupos, a Lei não possui nenhum prazo de validade ou necessidade de revisão nesse aniversário de uma década⁶.

Apesar dos dados servirem para sustentar o argumento de que as ações afirmativas se mostraram uma política pública exitosa na diversificação do perfil de estudantes nas instituições públicas de ensino superior, mudanças institucionais ainda precisam ser implementadas para garantir a permanência destes estudantes e a transformação de ambientes de estudo, pesquisa e extensão mais inclusivos. Recentemente, a Universidade de São Paulo (USP) criou a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), que será a responsável

por manejar as políticas inclusivas e de permanência, pautadas sob a ótica da equidade e da interseccionalidade. Se bem aplicada, a PRIP pode servir como um exemplo para todas as instituições do país que desejam transformar seus espaços mais inclusivos para mulheres, negros, periféricos, LGBTQIA+, pobres e pessoas com deficiência. Uma ciência diversa é a base fundamental para o desen-

volvimento do país e a construção de um futuro mais igualitário.

Por fim, vale lembrar que os estudantes que ingressam pelo sistema de ações afirmativas e/ou advêm de realidades periféricas não são apenas números nesse debate, são jovens que enfrentam inúmeras dificuldades no caminho, principalmente de adaptação a espaços e grupos que não os representam. Apesar disso,

quando se encontram, se acolhem e se fortalecem em suas trajetórias de reexistência dentro e fora das universidades. Esse é o caso das autoras e do autor desse texto, que, apesar das adversidades, dedicam-se a estudar temas relacionados às periferias e à população negra e contribuem para a mudança na composição e na agenda de pesquisa da universidade pública, que também é nossa. ■

1. LIMA, Márcia e CAMPOS, Luiz Augusto. APRESENTAÇÃO: INCLUSÃO RACIAL NO ENSINO SUPERIOR Impactos, consequências e desafios. Novos estudos CEBRAP (online). 2020, v. 39, n. 2, pp. 245-254.

2. SENKEVICS, Adriano Souza. O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2021, pp. 427.

3. <https://gema.iesp.uerj.br/cartilha/cartilha-10-perguntas-para-entender-a-primeira-decada-da-lei-de-cotas/>

4. BARRETO, Paula Cristina; RIOS, Flávia; NEVES, Paulo Sérgio; SANTOS, Diany. A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, 2021.

5. LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos Estudos, n. 87, p. 77-95, 2010

6. <https://gema.iesp.uerj.br/cartilha/cartilha-10-perguntas-para-entender-a-primeira-decada-da-lei-de-cotas/>

Participação política também é terapia

ISAÍAS DALLE



FOTO: ACERVO PESSOAL

Por sua experiência clínica e acadêmica, o psicólogo e doutor em Saúde Coletiva Mario de Carvalho está convencido de que a participação política, em movimentos e coletivos, é terapêutica. Produz saúde mental. Inclusive porque várias manifestações de sofrimento são produto da conjuntura política e social, e não dores autocentradas. É um engano enxergá-las como problemas apenas pessoais.

Carvalho dedica o seu trabalho especialmente a pessoas LGBTQIA+. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), cuida do projeto Vozes e Cores, de estudo e atendimento terapêutico. Ele conta que a eleição de Bolsonaro trouxe ansiedade e medo em níveis muito elevados. Mas que o otimismo com a possibilidade de mudanças trazido pelas eleições 2022 está transformando o estado de espírito das pessoas.

A partir de janeiro do ano que vem, este es-

pecialista espera, como muitos, pela reconstrução de políticas públicas. E sugere avanços, como a preparação de agentes comunitários que possam ir a campo e visitar famílias para ajudar na tarefa de construir novos planos simbólicos no combate à LGBTfobia.

Acompanhe:

Como surgiu o projeto?

Vozes e Cores é um projeto de extensão da UERJ, do Instituto de Psicologia, que oferece saúde mental a pessoas LGBTQIA+ por meio

de grupo terapêutico. Foi desenhado a partir de uma preocupação que surgiu em 2018. Eu era professor substituto no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ, e uma das disciplinas que eu dava para a graduação era de direitos humanos LGBTQIA+. A grande maioria dos estudantes era LGBT de alguma maneira. E aí, logo após o segundo turno das eleições de 2018, muitos alunos faltaram à aula por duas semanas consecutivas. E isso me chamou atenção porque

Eu me concentrei no estudo do Movimento de Travestis e Transexuais do Brasil, e foi perceptível quanto o movimento social, em si, era um espaço de produção de saúde. O engajamento político produzia saúde mental em situações de sofrimento social intenso.

não era uma turma que faltava, os alunos iam frequentemente às aulas. E numa conversa com eles quando voltaram a frequentar as aulas percebi que vários tinham desenvolvido algum tipo de quadro, de complicação em saúde mental. Uma crise de ansiedade, um medo de sofrer algum tipo de agressão na rua em virtude do resultado eleitoral. Teve aquele caso em São Paulo, o espancamento de uma travesti logo na sequência do segundo turno. Essa notícia se espalhou rapidamente e criou um clima de apreensão e medo,

que resultou em uma série de outras questões. Naquela altura, eu organizei, junto com uma colega que na época era doutoranda no UFRJ, uma roda de escuta do que a gente chamou de sofrimento ético-político pós-eleitoral. E acabou que naquela situação não foram tantos alunos. Foram muito mais professores da própria universidade e outras pessoas que lidavam de alguma maneira com os recursos humanos, saúde do trabalhador em seus locais de trabalho. Daí surgiu a ideia do projeto com um foco mais específico nesse público, principalmente por conta das histórias de conflitos familiares, rompimentos, brigas e muito, muito sofrimento vinculado ao processo político, mas não apenas. O processo político era apenas uma situação, um exemplo que ganhou uma magnitude maior de conflitos que já estavam ali nas relações familiares, nas situações cotidianas das pessoas. Acho que essa a relação entre sofrimento e saúde mental e políti-

ca já vinha de antes, de outras pesquisas minhas, principalmente no mestrado e no doutorado em Saúde Coletiva. Eu me concentrei no estudo do Movimento de Travestis e Transexuais do Brasil, e foi perceptível quanto o movimento social, em si, era um espaço de produção de saúde. O engajamento político produzia saúde mental em situações de sofrimento social intenso. Então, acho que um pouco desse aprendizado foi tomado para a construção do projeto: como é preciso falar de política para se falar de saúde mental com as pessoas em sofrimento.

Quais os principais e mais comuns tipos de adoecimento?

A origem desse sofrimento não precisa ser necessariamente adoecimento, do ponto de vista diagnóstico, porque isso gera um certo reducionismo que compõe a própria ética e a lógica diagnóstica da psiquiatria contemporânea, que é, em certa medida, a eliminação do contexto na produção da doença em

favor de questões puramente individuais.

Essa ideia de sofrimento social, sofrimento ético-político, sofrimento psicossocial, há termos e diferentes caminhos teóricos na psicologia para se pensar. Sabemos que formas de adoecimento mental não são perenes. Elas não existem ao longo da história, em todos os momentos, dependem do contexto político, econômico, social e cultural. Isso muda ao longo da história.

Quando a psicanálise surgiu, as históricas que Freud estudava, elas não existem mais, porque também eram fruto de uma altíssima repressão sexual feminina na virada do século. A gente vive um outro contexto. Nos marcos do neoliberalismo, as principais formas de adoecimento mental são extremamente individualistas e a depressão é um paradigma disso, porque é uma doença autocrêntrica. Um autor do qual gosto muito, Christian Dunker, fala que o depressivo é o mais bem-sucedido e fracas-

sado sujeito do neoliberalismo. Mais bem-sucedido, porque todo o sofrimento é dentro de si: “eu sou culpado, eu não consigo”. Não há a produção de um conflito externo. Ao mesmo tempo que é fracassado, porque, por conta do próprio adoecimento, não é capaz de tomar uma ação que o capitalismo demanda. Essa forma individualizada de sofrimento potencializa a sensação de pânico.

Como a participação das pessoas em grupos e movimentos assim produz resultados positivos?

A participação nos atos do #EleNão, naquele contexto, foi muito importante para vários desses jovens saírem dessa posição de extremo sofrimento. Para perceber que aquilo não é uma desgraça que me acomete, mas é algo de um tempo compartilhado por várias outras pessoas. Então, o sofrimento não é só meu. E esse compartilhamento coletivo de sofrimento e elaboração coletiva de um trauma político é muito forte nos atos de movimentos sociais. E #EleNão foi emblemático, mas a gente sabe, por exemplo,



Projeto
Vozes e Cores

Grupo terapêutico, gratuito e semanal, para pessoas LGBTI

Mais informações:
  | @vozesecores
 | vozesecores@gmail.com

Psicólogo responsável:
Mario Felipe de Lima Carvalho - CRP 38194/5

Financiamento:



que as manifestações das paradas do Orgulho LGBTQIA+ são fundamentais da produção de saúde mental, no sentido de “eu posso sair do armário, outros são iguais a mim”. Assim como traumas gerados por interrupções da gravidez. Situações de aborto são elaboradas em manifestações feministas porque não se trata de uma coisa só minha, é algo que afetou uma coletividade. Enquanto eu me mantinha numa ideia de que aquilo é um problema só meu, a dor é sempre maior. Nesse sentido, o compartilhamento da dor coletivamente nessas manifestações é fundamental para uma melhor produção de saúde. E também numa perspectiva da própria ação política, social, cultural, de que eu tenho outras pessoas comigo, então, alguma coisa é possível ser feita.

Quais as manifestações de dor mais comuns desses reflexos do contexto político e social?

Eu acho que agora a gente está num momen-

to bem diferente e isso é bem perceptível. Essas formas de sofrimento, um medo extremo, o pânico de andar na rua, uma ansiedade generalizada, ansiedade social, uma dificuldade de se organizar e para fazer planos de futuro, que eram muito fortes em 2018, 2019, diminuiu bastante neste ano. Inclusive algumas dessas pessoas continuam sendo minhas pacientes, e há entre elas um clima muito mais generalizado de otimismo. Não é a eleição em si que gera sofrimento, mas as expectativas em torno dela. Como as expectativas em 2018 eram negativas para essas pessoas, as manifestações eram mais intensas. Agora isso está muito mais suave, com um certo otimismo de mudança no quadro político.

Você e esses pacientes mais assíduos do seu convívio acharam que o governo Bolsonaro poderia ter sido pior do que foi?

Eu acho que tem uma questão geracional aí. De uma juventude que só tem uma dimensão

do que é a repressão por conta do que estudou nas aulas de História. Estou falando de uma juventude cujos pais também não viveram a ditadura militar, pois eram muito novos. Então, eu acho que a questão da repressão estava numa ordem da imaginação, não havia nenhuma ideia de qual seria o grau de repressão, porque não havia nenhum critério de comparação. Eu acho que as pessoas mais velhas, e eu não estou falando necessariamente de pessoas que viveram uma ditadura militar, mas daquelas com mais de 30 anos, cujos pais viveram uma ditadura militar e isso já era um assunto em casa, para elas havia uma certa dimensão de que “não, não vai ser a mesma coisa”. Pessoalmente, eu não sei se saberia dizer se foi... Em alguns critérios, eu acho que foi mais leve do que eu esperava. Não porque o bolsonarismo tenha sido mais leve, mas porque não teve condições de se tornar mais pesado, essa é a minha impressão. Porque havia outras coisas que

emergiram no contexto político e os obrigaram a voltar atrás, por uma questão de apoio popular, ou outras não tinham as condições políticas de levar adiante. Mas é inegável que algumas coisas foram muito mais bizarras do que se esperava, desde o início. Aquela fatídica frase da Damaris, “meninos vestem azul, as meninas vestem rosa, começou uma nova era no Brasil”, é uma ameaça com todas as letras a uma série de conquistas e uma série de questões que envolvem gênero e sexualidade. Aquilo era tenebroso.

As organizações políticas atuaram para barrar um grau de intensidade maior. Isso a gente precisa lembrar, porque em momentos de desânimo, a tendência é falar “ninguém faz nada, a sociedade está inerte”. Numa perspectiva de futuro, é possível que as pessoas LGBTQIA+, especialmente aquelas que enxergam nisso uma militância política, sejam vistas como heróis e heroínas?

Eu entendo o que você quer dizer, mas acho que

essa metáfora do herói, da heroína, não encaixa por uma série de questões. Primeiro, porque ela é uma metáfora bem masculinista, e os heróis nacionais nunca estiveram ao nosso lado. Então, a ideia de herói é um pouco angustiante, porque o herói é violento, vai em torno de uma grande missão. E quem já participou de organizações políticas, pelo menos da minha geração, sabe que todos os heróis abandonam a questão LGBTQIA+. Inclusive no campo das esquerdas, é sempre algo que precisa ser explicado, contextualizado. Por exemplo, para pegar um desses heróis icônicos, sem entrar no mérito do que fez ou deixou de fazer. Como é que a gente fala da homofobia do Che Guevara, que de fato é um herói homofóbico, assim como Fidel, assim como boa parte da Revolução Russa, com raríssimas exceções. Esses heróis não nos servem. E aí, quando eu pensei em algumas figuras contemporâneas, sei lá, a Erika Hilton aí em São Paulo,

a Indianare Siqueira aqui no Rio de Janeiro, e mesmo o Jean Wyllys. Nenhuma dessas pessoas é consensual, principalmente as mulheres trans e travestis, não ocupam necessariamente o lugar de heroínas, mas eu acho que quase de mães. E aí a metáfora é muito mais uma identificação de figuras familiares, de irmãs e irmãos, pais e mães, que necessariamente a metáfora militar do herói, da heroína. Até porque a ideia de uma coalizão única, ou de uma frente única, de um pensamento único em torno dessas questões,

A ideia de herói é um pouco angustiante, porque o herói é violento, vai em torno de uma grande missão. E quem já participou de organizações políticas, pelo menos da minha geração, sabe que todos os heróis abandonam a questão LGBTQIA+.

ela nunca funcionou direito nessa esfera. E não se trata de haver ou não unidade. Trata-se de um campo da política no qual o pensamento único é contraproducente, violento, pois é o que produz a violência em casa. Aqui na campanha eleitoral no Rio de Janeiro, por exemplo, independentemente de ter aí uma coalizão de partidos de esquerda, você vê uma série de dobradinhas, formais ou informais, entre candidatos das diferentes siglas, que já existiam em outras eleições. Independente de terem tido diferentes candidatos majoritários nessas outras eleições. A gente se dá melhor se a gente esquece o que são as disputas das direções dos partidos, das esquerdas mesmo. Então, é meio que nós por nós.

Quais políticas públicas precisam ser construídas a partir da mudança que a gente espera que aconteça depois dessa eleição?

Há uma expectativa com a vitória do Lula de que a participação social como modo de governo seja

retomada. Que as conferências voltem a acontecer tal como foi no primeiro governo Lula, em 2004. Você tem aí uma sequência de conferências de políticas públicas específicas que podem reorganizar esse campo. Há uma série de coisas a

Eu acho que a gente vive um contexto para as políticas LGBT muito mais delicado, porque não tem certeza de que as coisas vão voltar na mesma velocidade, porque nós somos o principal alvo do governo Bolsonaro. Ele ganhou a eleição criando coisas em cima de nós.

serem retomadas, tanto em termos de dispositivos de gestão das secretarias, do Ministério de Direitos Humanos etc. O Disque 100. As políticas de financiamento dos centros de referência. Mas eu acho que a gente

vive um contexto para as políticas LGBT muito mais delicado, porque não tem certeza de que as coisas vão voltar na mesma velocidade, porque nós somos o principal alvo do governo Bolsonaro. Ele ganhou a eleição criando coisas em cima de nós. Ou seja, parte da vitória dele foi sobre um certo rechaço popular a qualquer garantia de direitos para a população LGBTQIA+. São três diferentes questões. É uma reconstituição do espaço administrativo da gestão da política pública no governo federal para essa população, pois foi tudo destruído, e aí, junto com isso, uma retomada dos financiamentos e dos projetos. Uma outra via é a transformação dessas políticas de governo em políticas de Estado. Apenas como políticas de governo, são extremamente frágeis. E precisamos de uma política do ponto de vista simbólico, de rede de projetos, propagandas, formas de atuação do governo no enfrentamento desse aspecto simbólico da LGBTfobia, da homofobia e transfobia.

Que atinja de fato as famílias, as escolas. O projeto fatídico que foi o início da derrocada do governo Dilma, que era o Escola sem Homofobia, foi o mais interessante. E, mesmo assim, vários analistas o consideravam ainda um pouco recuado. Era o projeto mais importante porque ele ia no seio da produção da homofobia, no cotidiano escolar.

O seio da homofobia é a produção simbólica. Você acha que os serviços de saúde mental, propriamente, podem contribuir para essa transformação no plano simbólico?

Eu acho que em termos da rede de Atenção Psicossocial e Saúde Mental, muito pouco, porque os serviços já estão sobrecarregados e não há uma rede de atenção à saúde mental capaz de atender algo que não sejam os casos médios e graves. Não é esse sofrimento que a gente pode localizar puramente no campo do social. Eu penso que a aposta maior deve ser no fortalecimento do Sistema Único de Assis-

A aposta maior deve ser no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. Mais do que no de saúde, é mais no campo da assistência social, nos Centros de Referência de Direitos Humanos que se produzem esses efeitos.

tência Social. Mais do que no de saúde, é mais no campo da assistência social, nos Centros de Referência de Direitos Humanos que se produzem esses efeitos. Na saúde há coisas mais urgentes, e é inevitável que sejam mais urgentes. A aposta no fortalecimento desses equipamentos de assistência social é o que também possibilita desenhar uma política mais focada na realidade de cada contexto, de cada território. Como se atinge esse simbólico? Óbvio que peças de propaganda do governo federal que circulam em nível nacional funcio-

nam e são interessantes, sim, mas outras coisas têm de ser produzidas no nível local para uma efetividade maior. E aí a produção local depende do fortalecimento desses equipamentos.

Isso exigiria também a ampliação de uma gestão com participação social, com os movimentos sociais compartilhando a definição da política, não é?

Historicamente, esses equipamentos são. Acontece nesse âmbito das políticas voltadas para a população LGBTQIA+. A gente percebe aquilo que o pessoal da ciência política chama de trânsitos institucionais. A grande maioria dos gestores dessas políticas são pessoas que vieram do movimento social. Isso independe de governo, com raríssimas exceções, e permite inclusive que a estrutura não seja destruída por inteiro, apesar da falta de financiamento. Mas o espaço de participação social é fundamental e precisa ser retomado.

Quais as reivindicações mais urgentes?

Pessoalmente, penso que a principal questão estaria em torno da retomada do financiamento dos equipamentos e de políticas de geração de trabalho e renda específicas para a população LGBTQIA+, o que passa por enfrentar a questão da prostituição, que afeta de forma muito intensa a população travesti, de uma forma não moralista, de uma forma que escute essas pessoas e o que não seja um automático da noção do que deve ser regulamentada. Não estou entrando no mérito se deve ou não regulamentar, mas o assunto tem de ser enfrentado. E da questão da evasão escolar e da violência nas escolas em virtude da LGBTfobia. Na prevenção e cuidados em saúde mental, há investimentos em outras áreas para pessoas demandando uma vida na qual se queira viver. E quando a gente fala em saúde mental das pessoas LGBTQIA+, precisa falar em suicídio. É uma população que tem sete vezes mais chances de entrar em comportamento suicida do que

a população em geral, principalmente as pessoas trans. Então, como você previne o suicídio? Não é investindo em equipamento de saúde mental onde as pessoas vão ter acesso à medicação. A prevenção ao suicídio passa pela construção de uma vida na qual se queira viver, sem violência, preconceito, na qual se possa circular no espaço urbano, trabalhar, ir à escola. Então, não é investir diretamente no

A principal questão estaria em torno da retomada do financiamento dos equipamentos e de políticas de geração de trabalho e renda específicas para a população LGBTQIA+, o que passa por enfrentar a questão da prostituição, que afeta de forma muito intensa a população travesti.

equipamento de saúde mental, mas nos outros equipamentos. Investimento na educação, em formas de que as notificações compulsórias de violência, no âmbito do SUS, sejam realmente efetivadas, porque existe um apagão de dados gigantesco em termos de violência contra pessoas LGBTQIA+. As pessoas não preenchem corretamente as fichas de notificação de violência por homofobia.

Há resistências também dentro do próprio quadro de servidores?

Sim. Mas eu já tive a experiência, num curso de formação de agentes comunitários de saúde aqui no Rio, organizado pela Fiocruz. Estou falando de agentes comunitários de saúde, muitos sem formação universitária. São as pessoas mais fáceis de conversar. Essa questão da resistência é enfrentada com formação continuada. Então, se houver uma retomada de coisas que já existiram no âmbito do governo federal, como convênios com as universidades,

para elaborarem esses cursos de formação das equipes de saúde nos diferentes níveis, do agente comunitário ao ensino superior, isso teria efeitos bem produtivos.

Você acredita que um trabalho semelhante ao do agente comunitário de saúde, que visita as famílias, que vai a campo, poderia ser aplicado nesse combate à violência contra a população LGBTQIA+?

Sim. E a gente nem precisa inventar equipamentos, né? O Conselho Tutelar poderia fazer isso.

O problema é que hoje a gente há uma ocupação religiosa conservadora nos conselhos tutelares que é assustadora. Em vez de serem espaços de proteção à infância, se tornam mecanismos de violação e de tortura de crianças e adolescentes LGBTQIA+. Em vez de proteger, encarnam certas violências contra essas pessoas. Eu acho que não se trata de inventar as rodas, as engrenagens estão aí. Elas só precisavam ser assentadas para uma outra política.

Quer acrescentar algo?

Apesar de todo o retrocesso do ponto de vista da política LGBTQIA+, as últimas eleições municipais foram muito positivas, com a eleição de vários candidatos a diferentes câmaras de vereadores que a gente jamais imaginaria que teriam sido eleitos. Houve produção de resistências locais muito interessantes e com potencial político inovador muito grande. E aí eu acho que, de outro lado, há uma esperança, sim, nesse processo. ■

Periferia e saúde mental: diminuindo as vulnerabilidades com o cuidado

HORACIUS DE JESUS



FOTO: CRÉDITO PREFEITURA DE SÃO PAULO/DIVULGAÇÃO

Falar de periferia é trazer à tona a discussão de territórios, identidade e as heroicas narrativas cotidianas, de quem testemunha ocularmente este espaço e vivencia as reinvenções das tecnologias ancestrais de cuidado. Pensar nas diversas possibilidades, “escrevivências”, tanto nos espaços quanto nestes corpos, periféricos. Nas gambiarras intelectuais, na poética de existir que forja singularidade. É observar redes de cuidado que se auto constroem, redes de afeto e cuidado.

Não consigo construir um texto sem emaranhar e tecer minha vivência enquanto morador de uma favela (Morro das Pedras) e trabalhador da rede substitutiva de saúde mental da criança e do adolescente, o Cersami, situado em Belo Horizonte, Minas Gerais. (O Cersami nordeste atua em um recorte territorial da cidade de Belo Horizonte, atendendo as regiões norte, nordeste e venda nova, áreas periféricas e os centros de internação - mini presídios - , onde jovens são encarcerados.

Saúde mental é inclusão, conexões de afeto, uma tecitura para a vida. Início aqui um assunto que é circular; circular porque o cuidado é circular, é feito em rede, redes de cuidado.

Falar sobre saúde mental e periferia é debruçar-se sobre a formação das instituições adoecedoras que são intrínsecas na formação do Brasil. A escravidão, a dizimação dos povos indígenas, o abandono de populações relegadas às margens da sociedade e o não olhar e manutenção das desigualdade sociais. Questões concretadas nas bases da sociedade que são fatores adoecedores de indivíduos. Observar o micro e o funcionamento do macro para falar de saúde mental e periferia é essencial e necessário.

HORACIUS DE JESUS É ARTISTA VISUAL DE FORMAÇÃO(UEMG), ESTUDANTE DE PEDAGOGIA(UEMG), EDUCADOR SOCIAL, ARTE-EDUCADOR NA REDE SUBSTITUTIVA DE SAÚDE MENTAL DE BELO HORIZONTE.

É muito adoecedor pensarmos o surgimento das favelas no Brasil. É muito adoecedor pensar uma pandemia, saúde mental e periferia. É muito adoecedor para as periferias esse atual desgoberno fascista que vivemos e chancela a necropolítica, veicula o discurso de ódio.

Para falar de saúde mental no contexto periférico é preciso falar de uma alimentação que mata, uma política que mata, um sistema de saúde sucateado, uma educação da ignorância, a estrutura do patriarcado eurocêntrico e suas manutenções e todas formas de violência produzidas pelo sistema vigente. Toda negação de acessos aos direitos básicos é um fator adoecedor.

Não iremos encontrar medicação para fome, para abandonos. Como reduzir danos e vulnerabilidades de uma sociedade adoecida pela meritocracia, pela escravidão moderna, pelo encarceramento de corpos pretos e pardos, pelo racismo e suas estruturas com ló-

gicas manicomial. Uma sociedade punitivista focada em consumo e na criação de homens como máquinas de consumo, que legitima a vida com a morte de outras vidas: negras, pardas e periféricas.

Valorizar cada sujeito implica transformar as bases, tão precárias, que fizeram desta nação um lugar de múltiplos adoecimentos psíquicos. Pessoas que estão investidas em provocar mudanças necessárias, mesmo com todo o desinvestimento estatal, mesmo com a precariedade do sistema de saúde e ações sociais. E guardar em nós um pouco de esperança, de que a luta e as vozes que gritam por melhorias alcancem avanços reais e urgentes.

E é por isso que deixo aqui o meu salve! A todos que desejam construir uma sociedade em que a fome, a miséria, as violências e toda forma de opressão não sejam mais a principal causa do adoecimento psíquico das populações periféricas.

Acredito que para falar de saúde mental é ne-

cessário dar um salve aos micro-afetos, às micro-narrativas, ações revolucionárias; fissuras, projetos, espaços lúdicos, de educação libertária; mulheres que semeiam, desejam a vida; um salve ao SUS, às unidades básicas de saúde, às redes substitutivas de saúde mental; aos artistas e redutores de danos. Um Salve aos projetos de acolhimento pela escuta, centros de convivência, espaços lúdicos, culturais periféricos, grupos de capoeira e a toda pedagogia que liberta.

Finalizo este texto, que é poesia, que é denúncia, que é também desejo de progresso, citando Racionais Mc's: "Cada favelado é um universo em crise"! Tratar destas crises está muito além do olhar individual da saúde mental. Engloba muitos sujeitos de desejo e muito trabalho! ■

Central de Movimentos Populares: há 28 anos protagonista do Grito dos Excluídos

ROSE SILVA

O Grito dos Excluídos é uma manifestação organizada em todo o Brasil há 28 anos no dia 7 de setembro, para fazer um contraponto ao Grito da Independência. O primeiro ocorreu em 1995, tendo como lema *A vida em primeiro lugar*. A partir de 1996, o projeto foi assumido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além de questionar a falsa independência, ajuda na reflexão por um Brasil melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs. Assim, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.



RAIMUNDO BONFIM.
FOTO: ACERVO DO GRITO DOS EXCLUÍDOS

Carregada de simbolismo, a manifestação integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos. Compõem a sua coordenação nacional: a Comissão 8 da CNBB, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Cáritas Brasileira (CB), Central dos Movimentos Populares (CMP),

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Romaria dos/as Trabalhadores/as, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Jubileu Sul Brasil, Juventude Operária Católica (JOC), Pastoral Afro Brasileira (PAB), Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra (MST), Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Rede Rua, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ), Pastoral Carcerária (PCR), Serviço Franciscano de Assistência (Sefras).

Raimundo Bonfim, coordenador e um dos fundadores da Central de Movimentos Populares



FOTO: ACERVO DO GRITO DOS EXCLUÍDOS

(CMP), entidade que compõe a coordenação do Grito dos Excluídos, participa da manifestação desde que ela surgiu. Ele relembra a importância das lutas populares cada vez que vai até a favela do Heliópolis, para onde se mudou e iniciou sua militância, pouco depois de ter migrado do Piauí em busca de trabalho em São Paulo.

Nascido em São João da Serra (PI), município localizado a 150 quilômetros de Teresina, na divisa com o Ceará, Raimundo veio de uma família de 13 irmãos e seus pais não tiveram terras, sempre trabalharam como meeiros. Quando migrou em busca de novas oportunidades, aos 18 anos de idade, a situação de

miséria e desemprego na região era muito forte. Ele chegou à capital paulista com apenas quatro anos de ensino, voltou a estudar e formou-se advogado popular aos 36 anos. E foi na favela do Heliópolis que sua vida começou a caminhar junto com a construção da Central de Movimentos Populares, da qual participa desde o princípio.

“Naquela época estávamos lutando por água e luz e ainda tinha um embate ali, dos moradores, contra os grileiros que se diziam o dono da terra, vendiam e exploravam o povo. Foi em 1986, entrei no movimento porque eu fui escolhido representante de uma rua chamada Cônego Xavier. Aí co-

mecei a participar, lutar por melhorias, para levar água para o bairro e não deixar entregar a posse, para levar a urbanização e equipamentos de saúde, de creche, de educação, enfim, equipamentos sociais para a comunidade”, relata.

A Central de Movimentos Populares vai completar 30 anos em 2023 e está em 18 estados do Brasil. Ela tem como mote geral a luta por políticas públicas com participação popular, mas seu objetivo final é construir uma sociedade socialista e democrática. A base da CMP é fortemente formada por grupos de sem-teto que lutam por moradia, mas também por associações de moradores de rua, mulheres, grupos de economia solidária,

de crianças adolescentes, do movimento de saúde. “Dependendo do estado, há muita variedade nos grupos que compõem a central”, explica Raimundo.

A CMP ganhou uma projeção maior a partir de 2016, depois do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, pois deliberou que a prioridade era articular-se junto a outros movimentos para fazer uma luta. “A gente ganhou uma projeção a partir das mobilizações de rua contra o golpe e depois a luta contra o retrocesso. Em 2021, ao lado do MST, MTST e da UNE, lideramos os protestos que começaram em maio.

A Central compõe a coordenação do Grito dos Excluídos desde a sua primeira edição e Raimundo esteve em todos os atos. Ele pontua que a primeira questão diferencial deste ano, 2022, é que ele se realiza no aniversário de 200 anos da chamada “independência” do Brasil.

“Uma das nossas indagações é qual independência? Porque o governo

que aí está continua abdicando da soberania nacional. E, mais do que isto, independência para nós significa que o povo brasileiro tenha condições de decidir o seu próprio destino, quais as prioridades, o que fazer com as riquezas do país. Não há independência com o povo passando fome, desempregado, com violência, com racismo, com machismo, com homofobia, com matança dos povos indígenas, destruição do meio ambiente, assassinato da nossa juventude preta e periférica”, afirma.

Outro ponto destacado por ele é o processo eleitoral, que coloca um desafio. “Vamos fazer a

nossa manifestação, atos ecumênicos, missas, cultos, marchas, despertar a energia para tentar fazer um contraponto com o Bolsonaro e seus seguidores no dia 7. Até porque, pra eles, será um dia golpista, pois estão desesperados na iminência de uma derrota. Nossas mobilizações serão em defesa da democracia, do direito à paz, contra a violência, contra a desigualdade social”, concluiu. ■

(A entrevista com Raimundo Bonfim foi realizada na sexta-feira, 2 de setembro, às vésperas do 28º Grito dos Excluídos, que reuniu milhares de pessoas em todo o Brasil)



FOTO: ACERVO DO GRITO DOS EXCLUÍDOS

Quando novas personagens entram em cena

RAQUEL AUXILIADORA, VEREADORA PELO PT DE SÃO CARLOS (SP)



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Raquel Auxiliadora está em seu primeiro mandato como vereadora pelo PT de São Carlos (SP) e acredita que a atuação parlamentar não pode se dar apenas por ação individual. Por isso, após eleger-se, em 2020, propôs a formação de um coletivo e das assembleias do mandato como espaços abertos à participação das pessoas, movimentos e organizações com as quais já vinha trabalhando em sua trajetória, mas também para acolher outras demandas e propostas de quem deseje ter voz e vez na câmara de vereadores.

Ela é mestra em Educação e pedagoga formada pela Universidade Federal de São Carlos. Feminista, foi gestora de Política para as Mulheres na cidade entre 2007 e 2012, quando implantou o Centro de Referência da Mulher. Atua politicamente desde o movimento estudantil, fundou e participa ativamente do Coletivo Promotoras Legais Populares e da diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos e

Autárquicos Municipais de São Carlos e Dourado (Sindspam). Nesta entrevista, ela conta como tem encarado os desafios de um mandato verdadeiramente participativo e democrático.

Dos seus planos para o mandato, acha que tem conseguido cumprí-los?

Como professora, a gente aprende muito a planejar a aula. Isso é fundamental. Desde o início do mandato temos

realizado planejamentos semestrais, porque acreditamos que são momentos importantes de avaliação do que fizemos, de realinhamento e do que queremos fazer para determinar essas metas. É fundamental ter essa organização, pois o mandato parece ser longo, mas dura quatro anos, que passam rapidinho. Então, é preciso ter muito foco no trabalho e cumprir à risca o planejamento, que tem a ver principalmente

com os princípios do modo petista de legislar nas câmaras municipais.

Entre esses planos, qual a prioridade, a demanda mais urgente?

A gente tem três palavrinhas que estão no slogan do mandato e que são fundamentais no modo petista de legislar: participativo, democrático e popular. E pensamos muito em como colocar essas três palavras em prática para não ficarem soltas no ar. Então, como se faz um mandato popular que dialogue com todas as pessoas, principalmente as que não estão no meio político, que estão à margem da sociedade? Um mandato que dialogue e que seja popular, democrático, executado com as pautas principais do PT e da minha trajetória política, que fizeram com que eu fosse eleita? E participativo, junto com as pessoas de verdade? Para isso, fizemos uma metodologia de trabalho. Essa é a prioridade, para, inclusive, trabalhar as pautas temáticas que têm muito a ver também com a mi-

nha trajetória de vida.

Por que você decidiu ser parlamentar? Como iniciou sua atividade política?

Penso que política, para mim, é uma coisa que vem de casa. Meu pai foi fundador do PT e sempre colocou a política como algo fundamental nas nossas vidas, algo que fazia parte do nosso dia a dia. No dia da eleição, vou estar com o meu pai, com a bandeira do PT nas costas. Quando eu, ainda no movimento secundarista, fiz parte do grêmio, tirei o título de eleitor com 16 anos para me filiar ao PT. Desde então participava ativamente de todas as instâncias partidárias. Sempre participei do movimento estudantil na universidade e, depois de formada como professora, também atuei na defesa dos servidores públicos da cidade de São Carlos do nosso sindicato municipal. Toda essa trajetória sempre foi permeada pelo movimento feminista. Desde sempre militando, em especial aqui em São Carlos, eu fundei e faço parte até hoje

das promotoras legais, que é um movimento nacional e feminista, de defesa dos nossos direitos, de promoção das leis de maneira popular. Esses eixos: educação, movimento feminista e a defesa dos servidores públicos, em especial dos servidores municipais, permeiam nossa vida aqui no mandato, cotidianamente. Foram eixos que a gente trabalhou na vida e na militância juntos. Virar vereadora foi, na verdade, consequência dessa luta. Não era para mim um sonho, não era uma meta. Não consigo ver minha vida sem a militância política, independentemente do espaço em que eu estiver. E os coletivos dos quais eu fiz parte me levaram a ocupar esse lugar que é tão importante, que é a luta institucional dentro do Parlamento.

Qual tem sido sua maior dificuldade até o momento no exercício do mandato? Qual o segmento social a apoia e qual tem se oposto?

Aqui em São Carlos somos um mandato de

oposição ao governo municipal e disputamos a eleição de 2020 com um projeto petista que já foi inclusive muito vitorioso em São Carlos. Os melhores governos da cidade de São Carlos foram petistas. Então, a gente apresentou esse projeto na eleição e, por isso, nos mantivemos como um mandato de oposição ao governo municipal. Já temos muitas dificuldades porque somos uma bancada de oposição muito pequena na Câmara, e o governo sempre tem a maioria. Então, alguns projetos temos dificuldade de encaminhar, infelizmente, devido ao mesmo processo que se vive nacionalmente. Tudo o que é avanço nos direitos das mulheres, por exemplo. A gente também teve alguns embates em áreas que permeiam nosso mandato, como a cultura, quando sofri violência política de gênero de um vereador. Eu estava fiscalizando uma licitação na área da cultura, na minha obrigação parlamentar, que é fiscalizar o Poder Executivo. E o

vereador, que tem envolvimento na questão, mandou-me aquietar, uma clara demonstração da violência política de gênero que todas nossas companheiras mulheres sofrem na política. São esses os embates cotidianos de um governo municipal muito ruim na cidade de São Carlos, que vem terceirizando e precarizando o serviço público a todo momento, e a população mais carente é que sofre. Mas, ao mesmo tempo, como temos esses princípios de um mandato democrático, popular e participativo, estar junto com as pessoas nos fortalece muito. Quando fazemos um requerimento e ele

não é atendido, compartilhamos isso, as pessoas compreendem o papel do vereador, o papel do Executivo. Quem não está cumprindo seu papel, no caso, é o Executivo. Esse retorno é fundamental, porque é uma educação política da qual a gente precisa muito no nosso país, onde foi tão demonizada a política, inclusive. Trazer as pessoas para essa arena, para fazerem parte das decisões do mandato, tem tido um resultado fantástico e nos dá muita energia para enfrentar desafios.

Em comparação com os parlamentares mais experientes, que novidade você quer apresentar na sua forma de trabalho?



RAQUEL AUXILIADORA COM AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE ARARAQUARA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Logo no início criamos o Conselho Popular do Mandato, que é formado com as pessoas que estão conosco desde da campanha, da elaboração desse projeto, e as que foram entrando ao longo do período. É um conselho aberto, no qual qualquer um pode ingressar, dar sua colaboração, e que oferece as linhas fundamentais do mandato: realizar as avaliações, o planejamento, os pontos fundamentais de decisão.

Então, é o Conselho que determina os mecanismos de participação popular. E aí destaco duas ações que tivemos muito interessantes. A primeira é a destinação das emendas parlamentares. A gente está vendo no Congresso Nacional o orçamento secreto. Como elas podem ser usadas para o mal da política, para a corrupção, para a compra de voto, para tudo que a gente não concorda. Então, a gente tinha muita preocupação.

Abrimos um processo participativo de escolha das emendas, que começa com a abertura para qualquer entidade e até



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

setores do poder público enviarem os projetos. As pessoas não precisam conversar comigo para solicitar uma emenda. Elas têm um prazo para envio de seus projetos, mas tem de ser popular, porque nem todo mundo consegue sentar e escrever um projeto todo detalhado. E depois a gente faz democraticamente uma apresentação pública desses projetos, uma plenária, com participação das entidades e dos órgãos da prefeitura. Então o Conselho Popular do Mandato faz a avaliação e escolhe aqueles a serem contemplados, sempre com

transparência, publicando nas nossas redes todo o recurso destinado, para qual entidade. A gente acompanha a execução das emendas publicamente para dar essa transparência ao recurso público.

Outra questão que foi interessante foi dar nome às ruas, que é uma atribuição do vereador. Nós tínhamos direito aqui na cidade de dar nome para duas ruas, um novo residencial. Abrimos um prazo para a indicação pública, qualquer pessoa poderia indicar um nome. Queríamos homenagear mulheres, pessoas

negras, LGBTQs, esse foi o critério de seleção para esses nomes. Tivemos um retorno fantástico da votação do nome de rua. Mais de 700 votantes participaram. As famílias se engajaram na campanha para receber as homenagens a seus entes queridos. Então, foi um processo muito legal, que mobilizou.

Conte-nos um episódio recente que a tenha marcado, positiva ou negativamente.

Recentemente acho que uma coisa que me marcou muito foi a aprovação de um projeto de lei do Dia Municipal dos Caçadores Atiradores Desportivos e Colecionadores, que infelizmente foi um projeto de lei colocado no Brasil todo. Nós acompanhamos e foi muito triste pra gente. São Carlos é uma cidade com duas universidades públicas, uma grande universidade particular, muito conhecida pelos seus educadores, por ser uma cidade da ciência e da tecnologia, que tem a a educação como vocação. E aí vimos ser aprovado

um projeto que homenageia a morte, um objeto como são as armas, que só visam matar. E a gente sabe quem morrem no Brasil vítimas de arma de fogo. Então, ver o plenário da Câmara completamente lotado de claques que estavam ali defendendo o direito de matar foi muito impactante, algo que faz parar para pensar em que rumo a humanidade está indo.

O que você diria para os jovens que pensam em seguir carreira política?

Primeiro que vale a pena. É duro? É. Tem dia que a gente chora, se desespera, se pergunta: “por que eu entrei nisso?”. Mas quando olhamos as transformações sociais que é possível fazer pela política, vê que vale a pena. E pensar que a política não é só estar aqui como vereadora, é nossa atuação dentro da nossa casa, com os nossos familiares e a nossa atuação junto aos nossos amigos. Como a gente se coloca no mundo e em prol do que a gente se coloca no mundo. Esse mundo está muito feio e não é de

hoje. E se nós tivermos esse olhar e entendermos que é possível, sim, mudar o mundo, a gente muda. E não estou falando de grandes revoluções. Primeiro, olhe para você e veja o que você quer. Paulo Freire fala muito isso, que para educar a gente tem de educar-se. Então, começar se educando, ver onde pode ser mais feliz e transformar ao seu redor. Hoje eu vejo, inclusive, como vereadora, com uma assessoria pode ser importante. Se não fossem as minhas duas assessoras, eu não seria nada. Então, às vezes se pode ajudar muito na transformação social sendo um assessor parlamentar, estando lá na base, no movimento social, estando no sindicato, militando dentro do partido político, que é tão necessário também. ■

Juventudes, mandatos coletivos e disputas pelos rumos do país e da política

Desde o início de 2020 o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos

sociais, ativistas e militantes de todo o país. Durante o mês de agosto de 2022, foram realizados programas com temáticas relacionadas à última edição da Revista Reconexão Periferias: “A

Juventude é o presente”.

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de agosto e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

Dia 09/08/2022:

O papel das juventudes nas disputas pelos rumos do país - com Nádía Garcia e Emerson Alcalde

▶
PROGRAMA

9 DE AGOSTO - 17H

O PAPEL DAS JUVENTUDES NAS DISPUTAS PELOS RUMOS DO PAÍS





NÁDIA GARCIA

Secretária nacional de juventude do PT, coordenadora nacional do Coletivo ParaTodas e jornalista



EMERSON ALCALDE

Graduado em teatro, slammer e escritor



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

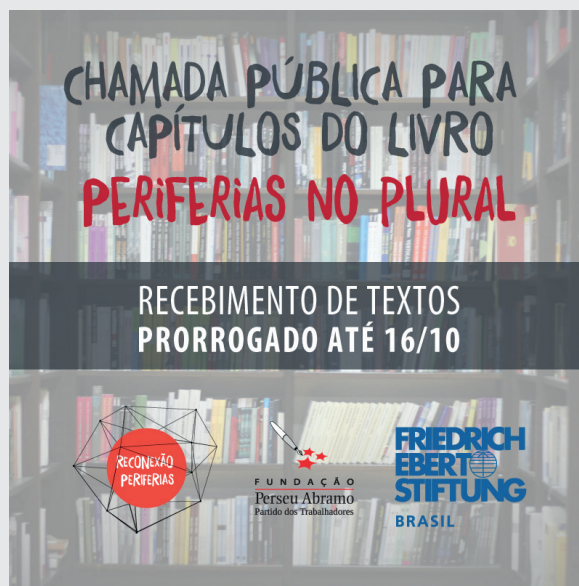
ACOMPANHE :

/fundacao.perseuabramo
 /FundacaoPerseuAbramo

Chamada pública para o livro Periferias no Plural

O projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, e a Fundação Friedrich Ebert Brasil abrem chamada pública para a seleção de capítulos que serão publicados no livro *Periferias no Plural*, a ser editado em formato digital com possibilidade de impressão. Serão escolhidos 15 textos que comporão a obra. O livro *Periferias no Plural* celebra cinco anos do Reconexão Periferias e a proposta da publicação e da chamada

pública é apresentar novas visões e experiências sobre o conceito de periferias, para além do senso comum, retratando as mudanças históricas e sociais que as próprias periferias têm construído ao longo dos últimos anos.



Nome do livro: *Periferias no Plural*

Organização: Paulo César Ramos, Victoria Lustosa Braga, Jaqueline Lima Santos e Willian Habermann

Inscrições: até 16/10/22

Para conhecer melhor a proposta e os critérios, confira a íntegra da chamada pública em: <https://fpabramo.org.br/2022/06/20/reconexao-e-friedrich-ebert-abrem-chamada-de-artigos-para-livro/>

Levantamento de candidaturas periféricas mapeia candidatos em todo o Brasil



LEVANTAMENTO DE CANDIDATURAS PERIFÉRICAS MAPEAMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PERIFÉRIAS

<https://pt.surveymonkey.com/r/DM73JPD>

O "Levantamento de Candidaturas Periféricas - Mapeamento de Movimentos Sociais das Periferias" é uma iniciativa do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo. O objetivo é identificar candidaturas parlamentares associadas às mais de 850 organizações das periferias brasileiras que fazem parte do mapeamento realizado pelo projeto desde 2018, além das candidaturas relacionadas a outras entidades parceiras do Projeto e que vêm acompanhando as ações nos últimos anos. Se você é ou conhece alguma candidatura parlamentar relacionada à rede de organizações mapeadas e parceiros, ajude participando e compartilhando o formulário do levantamento: <https://pt.surveymonkey.com/r/DM73JPD>



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

www.mulheresnacomunicacao.com/

Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Espectáculo/dança: Naízes - Coletivando Cia de Dança

Data: 09/09/2022 a 01/10/2022, sextas e sábados, às 19h, domingos às 18h
Onde: Complexo Cultural Funarte SP, Sala Renée Gumiel - Alameda Nothmann, 1058 - Campos Elíseos - São Paulo, SP. Ingressos disponíveis na bilheteria e no Sympla; R\$ 30,00 (inteira) e R\$ 15,00 (meia)

Oficina Cultura Popular Afro-Brasileira e Identidade

Data: Sábados, de 10/09/2022 até 01/10/2022 entre 14h e 16h
Onde: Centro Espírita São Miguel Arcanjo - Rua 12 de Fevereiro, 121, fundos - Bangu - Rio de Janeiro, RJ
[Saiba mais aqui](#)

IV Seminário Hip Hop na UFRGS - Educação, Cultura e Resistência

Data: Entre 15/09/2022 e 17/09/2022
Onde: Em diferentes locais: Museu da UFRGS - Av. Osvaldo Aranha, 277 - Farroupilha, RS; Museu da Cultura Hip Hop RS - R. Pq. dos Nativos, 545 - Vila Ipiranga, RS; Galpão Cultural - Casa de Hip Hop - R. 9 de Junho, 878 - Partenon, RS
[Programação disponível aqui](#)

34ª Noite da poesia de Campo Grande

Data: 15/09/2022 às 19h30
Onde: Biblioteca Estadual Dr. Isaias Paim - Av. Fernando Corrêa da Costa, 559 - 2 andar - Vila Carvalho, Campo Grande - MS

Solo "Nesta Data Querida", com Thaís Laila, e bate papo com especialistas com temáticas acerca do Setembro Amarelo

Data: 15/09/2022, 22/09/2022 e 29/09/2022 às 20h
Onde: Teatro Sesi do Rio Vermelho - Rua Borges dos Reis, 9 - Rio Vermelho - Salvador, BA
Ingressos: R\$30 (inteira) e R\$ 15 (meia) - pelo [Sympla](#) e Bilheteria do Teatro

Sarau Zé do Carço | 2ª Edição

Data: 16/09/2022 às 18h
 Onde: Sociedade Rosas de Ouro
 - Rua Coronel Euclides Machado,
 1066, Jardim das Graças - São Paulo,
 SP. [Ingressos gratuitos](#)

FENACCE 2022 - Feira Nacional de Artesanato e Cultura

Data: 16/09/2022 a 25/09/2022
 Onde: Centro de Eventos do Ceará
 - Avenida Washington Soares, 999,
 Edson Queiroz - Fortaleza, CE

III Feira de Cultura Indígena de Campinas

Data: 17/09/2022 e 18/09/2022
 Onde: III Feira de Cultura Indígena de
 Campinas - Centro Cultural Unicamp -
 CIS Guanabara, Rua Mário Siqueira 829
 - Campinas, SP

Exibição videodança Ela não é minha + Oficina de Dança + Roda de Conversa com Mulheres e Homens

Data: 17/09/2022 às 14:00
 Onde: Centro Cultural de Alagados
 - Rua Silvino Pereira - Uruguai,
 Salvador - BA

O Poderoso de Marte

Data: 17/09/2022, 18/09/2022,
 24/09/2022, 25/09/2022 e
 01/10/2022 - sábado às 16h e
 domingo às 11h
 Onde: Teatro Sesi do Rio Vermelho -
 Rua Borges dos Reis, 9 - Rio Vermelho,
 Salvador - BA
 Ingressos: R\$30 inteira e R\$15
 meia, com venda pelo [Sympla](#) e na
 Bilheteria do Teatro

Coleções e acervos de museus, centros culturais e centros de memória como lugares de aprender

Data: 19/09/2022 às 15h
 Onde: Centro de Memória Usiminas
 - Rua Antares, 681, Prédio do Antigo
 Grande Hotel, Castelo - Ipatinga, MG

Elaboração de Projetos Culturais I - Introdução

Data: 20/09/2022 às 17h
 Onde: Auditório da Secretaria
 de Cultura e Turismo de
 Pindamonhangaba - Rua
 Deputado Claro César, 33 - Centro -
 Pindamonhangaba, SP
[Ingressos e mais informações](#)

Manifestações culturais na periferia. Rap, Hip-hop e a construção da esfera pública brasileira

Instituto Humanitas Unisinos – IHU
 Data: 22/09/2022 às 17h30
[Youtube](#)

Diálogos Abertos “Africanidade(s), Ancestralidade(s) e Feminismo(s) Negro” -TV UFG

Data: 22/09/2022 às 19h30
[Youtube](#)

Espetáculo Dança dos Orixás

Companhia de Dança Afro Daniel
 Amaro - Semana de Turismo de
 Pelotas
 Data: 24/09/2022 às 19h
 Onde: Largo do Mercado Central
 - Praça Sete de Julho, 179 - Centro -
 Pelotas, RS

Slam do Vida

Data: 24/09/2022 às 19h
Onde: Alvo Cultural (Centro Vida) - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2132 - Rubem Berta - Porto Alegre, RS

Oficina | Colagem Afetiva: Museu e Memórias

Data: 24/09/2022 às 15h
Onde: Museu da Imigração do Estado de São Paulo - R. Visc. de Parnaíba, 1316 - Mooca, São Paulo, SP. [Inscrição](#). Vagas limitadas por ordem de chegada.

Memória, História e a invisibilidade dos acervos: o desafio do Centro de Memória.

Data: 24/09/2022 às 10h
Onde: Centro de Memória Usiminas - Rua Antares, 681, Prédio do Antigo Grande Hotel, Castelo - Ipatinga, MG

IV Encontro do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Data: 28/09/2022 e 29/09/2022 a partir das 8h30. Onde: IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém - Av. Alm. Barroso, 1155 - Marco - Belém, PA

Oficina Cultura Popular Afro-Brasileira e Identidade

Data: Sábados, de 10/09/2022 até 01/10/2022 entre 14h e 16h
Onde: Centro Espírita São Miguel Arcanjo - Rua 12 de Fevereiro, 121, fundos - Bangu - Rio de Janeiro, RJ
[Saiba mais aqui](#)

28ª Círio de Nazaré

Data: 07/10/2022
Onde: Concentração na Fonte D'Água da Casa das 11 Janelas - Cidade Velha - Belém, PA

37ª Feira do Livro de Cachoeira do Sul

Data: 07/10/2022 até 15/10/2022 às 9h até às 22h
Onde: Parque da Fenarroz - Cristo Rei - Cachoeira do Sul, RS

O Grilo e Jambu em Manaus: Teatro Manauara

Data: 08/10/2022 às 20h
Onde: Teatro Manauara - Av. Mário Ypiranga, 1300 - LSL04 - Adrianópolis, Manaus - AM
[Ingressos e mais informações](#)

Projeto Palco Natal - A Invenção do Nordeste

Data: 23/10/2022 às 19h
Onde: Teatro Riachuelo Natal - Avenida Bernardo Vieira, 3775 - Loja 234 3º Piso - Tirol, Natal - RN
[Ingressos e mais informações](#)

Edital	Foco	Prazo	Link
<p>Processo Seletivo Gaussianos Vestibulandos 2023</p>	<p>É com alegria que anunciamos a abertura das inscrições para o Processo Seletivo para novos Gaussianos 2023, este ano com uma novidade: bolsas online para jovens da rede pública de qualquer cidade do Brasil, desde que possua renda per capita até 1,5 salário mínimo. Os estudantes de escolas públicas que pretendem fazer o pré-vestibular no próximo ano já podem concorrer a uma bolsa Gauss, que inclui como benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma bolsa de estudos integral em um cursinho parceiro • mentoria individualizada • suporte psicológico e pedagógico • plataformas especializadas de redação e simulados • aulas de reforço • auxílios financeiros conforme necessidade • rede de apoio e contatos 	<p>Até 30 de novembro de 2022</p>	<p>https://gauss2023.trieduc.com.br/</p>
<p>Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PBITI) em Áreas Estratégicas</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC) e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PBITI) em Áreas Estratégicas, promovido pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE). O Edital tem como objetivo despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, proporcionando ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos e tecnológicos.</p>	<p>Até 20 de setembro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11595-programa-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica-pbic-e-iniciacao-em-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao-pbiti-em-areas-estrategicas</p>

OPORTUNIDADES

<p>Edital de Apoio à Pesquisa para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital de Apoio à Pesquisa para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais, patrocinado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). O Edital tem como objetivo apoiar propostas que utilizem os conhecimentos científicos e tecnologias para apoiar as políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sociais no estado de Pernambuco.</p>	<p>Até 23 de setembro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11877-edital-de-apoio-a-pesquisa-para-o-enfrentamento-de-desigualdades-sociais</p>
<p>7º Prêmio de Direito à Memória e à Verdade “Alceri Maria Gomes da Silva”</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o 7º Prêmio de Direito à Memória e à Verdade Alceri Maria Gomes da Silva, patrocinado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. O Edital tem como objetivo reconhecer aqueles que buscaram promover o enfrentamento às estruturas Estatais autoritárias, implementando no município uma cultura de paz e de valorização à democracia e aos Direitos Humanos e que atuem ou desenvolvam o todo ou parte de suas atividades no município de São Paulo ou tenham a cidade como tema central de análise.</p>	<p>Até 03 de outubro de 2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11901-7o-premio-de-direito-a-memoria-e-a-verdade-alceri-maria-gomes-da-silva</p>
<p>Celesc Distribuição SA – projetos culturais e desportivos</p>	<p>Chamada Pública para patrocínio de projetos com incentivo fiscal de Cultura e Esporte nas modalidades Artes Cênicas, Música e Audiovisual e Desporto Educacional e Desporto de Rendimento.</p>	<p>Até 30 de setembro de 2022</p>	<p>https://celesc.com.br</p>
<p>Programa Laboratório da Cena Funarte MG 2022-2023</p>	<p>O objetivo da iniciativa é disponibilizar espaço para suporte para pesquisa, criação e ensaios, de diferentes artistas, companhias e coletivos de circo, dança, teatro, música e de áreas transversais a essas linguagens.</p>	<p>Até 28 de fevereiro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/funarte/pt-br/editais/2022/programa-laboratorio-da-cena-funarte-mg-2022-2023</p>

<p>Edital de Fomento a Projetos Culturais de Múltiplas Linguagens</p>	<p>O edital também traz como objetivo a descentralização de atividades culturais na capital paulista, buscando levar oportunidades de produção e fruição de cultura a todas as regiões, igualmente. A diversidade de linguagens e atuações também é marca desse incentivo, que se propõe a apoiar quaisquer produções artísticas (teatro, dança, performance, circo, artes visuais e artes plásticas, audiovisual, música, literatura, dentre outras) ou com culturas (cultura negra, tradicional, indígena, cultura popular, cultura viva, dentre outras), espaços culturais ou ações de formação cultural que possam beneficiar a população local. O projeto inscrito deverá especificar qual é a linguagem e/ou cultura principal utilizada e quais são as linguagens secundárias.</p>	<p>Até 11 de outubro de 2022</p>	<p>https://www.editaisafins.com.br/editais/detalhe/1160</p>
<p>VBIO em busca de projetos</p>	<p>Podem se candidatar iniciativas focadas em temáticas como segurança alimentar, agricultura regenerativa, qualificação profissional de agricultores familiares e agroextrativistas, produtividade agrícola e geração de renda. Plataforma está em busca de projetos nos municípios: Paragominas/PA, Porto Velho/RD, Itacoatiara/AM, Comodoro/MT, Confresa/MT, Paranatinga/MT e São José do Xingu/MT.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://www.vbio.eco/</p>
<p>Edital da Fundação John Deere</p>	<p>Apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via Incentivo Fiscal atuamos com as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>

<p>2ª Edição de Premiação de Coletivos Culturais que realizam a Gestão Comunitária em Espaços Públicos</p>	<p>A 2ª Edição de Premiação de Coletivos Culturais que realizam a Gestão Comunitária em Espaços Públicos Antes Ociosos da Cidade de São Paulo têm como objeto premiar coletividades, coletivos e grupos que possuem o histórico de gestão desses espaços, promovendo a cultura como principal agente de transformação social nos territórios periféricos, em distritos e bolsões com altos índices de vulnerabilidade social. A Gestão Comunitária em Espaços Públicos Ociosos da Cidade de São Paulo tem como princípio a produção artística e cultural que ressignifica espaços vazios e subutilizados de propriedade pública, atendendo e garantindo a sua função social. Deverão ser selecionados, no máximo, trinta e três coletivos culturais. Cada coletividade cultural poderá apresentar um único projeto solicitando apoio financeiro para o desenvolvimento de ações culturais.</p>	<p>Até 12 de outubro de 2022</p>	<p>https://www.editaiseafins.com.br/editais/detalhe/1161</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>

<p>Aliança Regenerativa</p>	<p>Somos diversas organizações socioambientais que, solidárias frente ao sofrimento em Brumadinho, decidiram criar o Fundo Regenerativo Brumadinho. e agir de forma unificada, como sociedade civil, em prol da regeneração de toda a extensão da área afetada, banhada pelo rio Paraopeba. Aceitamos projetos provenientes da comunidade atingida ou iniciativas da sociedade civil em resposta ao crime ambiental do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Pessoas, grupos, coletivos, associações de bairro e qualquer organização da sociedade civil que tenham interesse, experiência e talentos para somar ao processo de apoio a Brumadinho e Paraopeba.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6298-alianca-regenerativa</p>
<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>